CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE VEREADOR JÚNIOR TAPAJÓS - PL
RECEBIDO
DATA: 7/10/21 HRS 11:40
RESPONSÁVEL:

Ata da Audiência Pública realizada no dia dezesseis de setembro, às nove horas do ano de dois mil e vinte e um, no Plenário Benedito Magalhães da Câmara Municipal de Santarém. O vereador Júnior Tapajós (PL), autor do requerimento que originou esta audiência, deu boas-vindas aos presentes, informando que ela se destina a tratar sobre "os projetos de manejo florestais da Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns", por força da solicitação feita através do requerimento 1599/2021, aprovado no dia vinte e três de agosto de 2021, por unanimidade pela Câmara Municipal de Santarém. O vereador Júnior Tapajós, de modo sequente, solicitou que os convidados ocupassem os assentos à mesa; realizou a leitura do requerimento nº 1599/2021; e por fim, lamentou a ausência do Conselho Indígena Tapajós Arapiuns - CITA, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém - STTR e Ministério Público Federal - MPF, que foram convidados através do requerimento citado. Ato continuo, registrou a presença do senhor Dinael Cardoso, presidente da Organização das Associações e Moradores da Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns – Tapajoara; senhor João Fernandes da Silva, representante da Cooperativa Mista Agroextrativista do Rio Inambú - COOPRUNÃ; senhor Elcivan Sousa dos Santos, presidente da Cooperativa Mista Agroextrativista do Rio Maró – COOPERMARÓ, e demais cooperados presentes. Após registro dos convidados presentes, o dirigente desta audiência, vereador Júnior Tapajós, passou a palavra ao proponente dessa discussão, senhor **DINAEL CARDOSO**, presidente da Tapajoara, o qual agradeceu ao vereador Júnior Tapajós por ter acolhido o pedido para realização desta audiência. Na ocasião, lamentou a ausência dos demais vereadores da Casa. Em seguida, enfatizou que os projetos dentro da Reserva Extrativista do Tapajós são legais, ressaltando que é importante vir de público mostrar a transparência dos trabalhos feitos dentro da Resex Tapajós Arapiuns, lembrando que todos os projetos e planos da reservam possuem a autorização do Instituto Chico Mendes. Na ocasião, informou que no dia anterior a este encontro, foi informado pelo MPF que o Procurador da República não estaria presente na audiência pelo fato de estar de férias, o que lamentou, ressaltando ser falta de interesse pela causa. Deixou claro que todos os projetos que estão tramitando na Resex se encontram no sistema de formação do Instituto Chico Mendes e Tapajoara. Também, enfatizou que gostaria que as duas instituições externas que entraram com uma ação civil pública contra a Resex estivessem presentes. Relatou que estão em fase de conciliação e daqui a dez dias devem apresentar o que de fato eles querem, porque até o momento, nem o STTR e nem o CITA esclareceram a questão. Apenas destacam que querem uma consulta, mas se questionam "que consulta?", pois os projetos da Resex, são projetos construídos pelas comunidades. Registrou que hoje a Tapajós Arapiuns está com 22 (vinte e dois) anos, e em 2011, a Tapajoara recebeu do Governo Federal o Documento Contrato de Direito de Uso – DCDU, que deixa claro que o território da Resex é de responsabilidade de seus moradores, e que faz referência que a Tapajoara, como detentora do território, possui 50 (cinquenta) anos de contrato. Informou que a Tapajoara é a única unidade que apresenta contrato de cinquenta anos, das demais já são eternos. Relatou que o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio pediu para que ainda não realizassem o pedido de eternidade, porque com o atual governo, existe o risco de perderem o contrato, então, preferiu-se aguardar a mudança do Governo Federal para assim solicitar o contrato vitalício. Registrou também que são atacados por instituições que dizem ser parceiras; segundo ele, é vergonhoso nos documentos da Tapajoara, de procedência de projetos, possuir assinatura das diretorias anteriores, tanto do CITA quanto do STTR, o que demonstra que de uma diretoria para outra não há repasse de informação. Enfatizou que gostaria que o MPF estivesse presente e que esta ata chegasse ao órgão e fosse para esse processo. O vereador Júnior Tapajós registrou a presença e convidou para se juntar a mesa das discussões, o senhor Tarcísio de Oliveira, representante do Serviço Florestal Brasileiro - SFB. Em seguida, fez uso da palavra, o senhor **JOÃO FERNANDES DA SILVA**, representante da COOPRUNÃ, o qual lamentou as ausências

do STTR, CITA e MPF. Registrou que é um dos delegados do STTR, na comunidade, mas tem vergonha de dizer, em vista desse grande conflito na região. Segundo ele, não é só a comunidade de Nova Canaã que é afetada, mas todas as comunidades, pois o projeto da COOPRUNÃ abrange mais de oitenta comunidades que existem dentro da Resex. Recordou que participou da primeira reunião na comunidade Cachoeira do Maró que tratou da criação da Resex, e nela discutiram a retirada das madeireiras da área para que o povo pudesse realizar os seus projetos. Dessa forma, criou-se a Resex Tapajós Arapiuns com o objetivo de o povo nativo "andar com as próprias pernas". Relatou que as cooperativas, durante esses anos de existência, trouxeram inúmeras melhorias ao povo da região. No entanto, destacou que entidades fora da área como STTR e CITA, querem impor regras dentro da Resex e alegam que não houve consulta prévia. De acordo com ele, essa consulta foi feita durante os dez anos de trabalho para que o projeto fosse aprovado, juntamente com o Conselho representativo da Resex, em que se discutiu o plano de manejo comunitário sustentável. Registrou que no mês de junho a COOPRUNÃ convidou as entidades para averiguar se o projeto tinha o que eles alegavam, que seria 29 (vinte e nove) mil campos de futebol desmatados de floresta. Disse que teve até um ônibus para transporte até a região, mas eles não compareceram, sendo que depois foram até a Rádio Rural falar inverdades sobre o projeto. Em seguida, fez uso da palavra o senhor **ELCIVAN DA SOUSA DOS SANTOS**, presidente da COOPERMARÓ. Na oportunidade, fez um apelo à Câmara para que possam lutar juntos por esta causa; na ocasião, também lamentou a ausência dos demais pares da Casa, ressaltando que falta um interesse maior das instituições. Solicitou a presença do Ministério Público dentro da Resex, para que possam também presenciar as dores vivenciadas pelo povo daquele lugar. Quanto a criação da Resex, destacou que estavam com um grupo de pessoas que dependem de políticas públicas, por esse motivo criaram a associação, fizeram uma cooperativa, e de acordo com as normas da gestora e ICMBio, conseguiram concretizar o projeto através do conselho deliberativo dentro da reserva, que foi a forma como foi consultado. Disse que está como filho da Resex, e vivencia o sofrimento daquelas famílias que dependem das cooperativas. Reforçou o apelo para que o MP possa estar presente na reserva, como também os vereadores. Concluiu destacando que precisam juntar esses grupos para lutar em favor da Resex. A seguir, o vereador Junior Tapajós, registrou a presença do vereador Biga Kalahare. Ato contínuo, franqueou a palavra ao senhor **TARCÍSIO DE OLIVEIRA**, representante do Serviço Florestal Brasileiro - SFB, o qual registrou que a instituição atua em florestas nacionais e unidades de conservação de florestas nacionais; e dentro delas atuam com a concessão para iniciativa privada, e exploração madeireira nessas áreas delimitadas pelo ICMBio, e parte da renda, as empresas entregam ao Governo Federal, uma forma de arrecadação, e também de manter a floresta em pé, além de resguardar a área pertencente ao Governo Federal. Também incentivam a exploração madeireira pelas comunidades dentro das áreas de conservação; lembrando que o SFB participou do estudo de viabilidade econômica dessa exploração que se mostrou viável. Disse que não estar a par do que motivou o interrompimento desses projetos, mas lamenta muito porque acredita no manejo florestal sustentável, pois existem técnicas especiais para manter a floresta em pé, visto que o retorno é grande para a população, e espera que haja um acordo entre as partes. Em seguida, fez uso da palavra o vereador **BIGA KALAHARE** o qual destacou que essa reunião é muita válida pela questão que está acontecendo na região. Ressaltou que deve haver um consenso entre as instituições, comunidades e poder público, para que se cheguem a um denominador comum bom para ambos os lados. Em seguida, o vereador Júnior Tapajós abriu espaço para quem desejasse se manifestar. O senhor **JOÃO FERNANDES DA SILVA**, representante da COOPRUNÃ, convidou o vereador Biga Kalahare para conhecer melhor o projeto. Destacou que as áreas das COOPRENÃ e COOPERMARÓ são um território em que todas as comunidades que vivem na área são beneficiadas com um fundo

socioambiental, o qual é repassado pela Tapajoara. Destacou que, se hoje é preciso dar mais transparecia, vão realizar; e se erraram foi por causa da Tapajoara e ICMBio. Enfatizou que não há justificativa para que os projetos tomem rumos diferentes pelo fato das diretorias do CITA e do STTR, afirmarem que os planos de manejo das cooperativas estão errados. Ressaltou novamente que a transparência está sendo dada, e neste sentido, convidou as entidades para conhecer e entender melhor os projetos. A senhora **JOSIMARA PIEDADE**, moradora da comunidade Porto Rico (Alto Maró), lamentou que mais uma vez enfrentam calúnias e difamações contra a cooperativa do COOPERMARÓ. Registrou que uma das calúnias foi em relação ao desmatamento, em que tiraram uma conclusão que acontece na Gleba, onde há desmatamento, e colocaram sendo atividade da cooperativa. Questionou do porquê não realizaram essa comparação por cima, ressaltando que devem, primeiramente, tentar entender o projeto, visitar e fazer indagação dentro da cooperativa, pois foram pegos de surpresa. Disse que espera que isso se resolva e haja mais diálogo, pois estão passando por dificuldades para se sustentarem sem os projetos. Relatou que estão fazendo isso para que os filhos futuramente tenham algo melhor. Registrou que a cooperativa trouxe poços, pois tinham que tomar água do rio que prejudicava a saúde. Disse que é uma vida boa dentro da Resex, pois agora tem água potável, saúde, emprego e renda. Finalizou pedindo mais sensibilidade pela história daquele povo, pois crer que as coisas darão certo. O senhor **DINAEL CARDOSO**, presidente da Tapajoara, agradeceu a presença do vereador Biga Kalahare; em seguida, destacou sobre a perda e prejuízo dessas cooperativas com tudo que vem acontecendo. Ressaltou que está estampado na face das pessoas o anseio de ter se organizado e trabalhado com transparência em tudo como rege na legislação. Registrou que o plano de manejo da Resex Tapajós Arapiuns deixa claro que as comunidades podem fazer manejo em suas áreas, sendo que as duas instituições que entraram com a ação civil pública, participaram de todo o processo de construção do plano, que iniciou em 2002 e só veio ser aprovado em 2014. Na ocasião, fez agradecimentos ao SFB que foi fundamental na construção da Resex Tapajós Arapiuns. Relatou que um dia desses teve a honra de visitar o projeto de manejo florestal comunitário Verde para Sempre, ressaltando que, mesmo com todas as dificuldades, o projeto de manejo da Resex está há mil anos mais avançado em organização e de todo procedimento feito, em relação ao Verde para Sempre. Comentou que a Câmara de Vereadores, além dessa audiência, poderia se manifestar em apoio aos projetos de manejo da Resex, pois sabem da geração de emprego e renda para o município. Se houve erro, ressaltou que houve erro nesta Casa e no SFB, pois ambos possuem assento no Conselho Florestal. Disse que deseja sair dessa audiência com um documento em apoio as comunidades, pois querem sair da clandestinidade e ir para legalidade; por isso, lançou um convite ao MPF, CITA, STTR e Câmara Municipal de Santarém, para que juntos fossem visitar o projeto de manejo da COOPRUNÃ e conhecer a verdadeira realidade daquele povo. O vereador **JÚNIOR TAPAJÓS** destacou que é importante a proposta da visita das instituições ao projeto de manejo, pois, quando se escuta falar, muitas vezes se aceita o que é dito, e quem não conhece, acredita. Na ocasião, recordou o episódio em que as cooperativas foram até a sede do STTR, e o mundo todo registrava que o local estava sendo invadido por madeireiros, o que era uma inverdade. Relatou ainda que já esteve na estrada que fica próxima ao projeto de manejo, e não viu desmatamento, nem área aberta. Enfatizou ser importante insistir na visita das instituições, pois só quem conhece é quem vive no local. O vereador **BIGA KALAHARE** disse que a solicitação da visita ao local é válida, e que seu gabinete, juntamente com o gabinete do vereador Júnior Tapajós, pode se responsabilizar de encaminhar os convites aos vereadores e as demais instituições. Também se manifestou o senhor **JOÃO FERNANDES DA SILVA**, representante da COOPRUNÃ, que registrou concordar com o vereador Júnior Tapajós, em relação a não existência de desmatamento. Segundo ele, onde foi realizado o primeiro projeto, é possível observar uma área que não aparenta

ter sido retirado floresta, pois a mata tem a capacidade de se recompor rapidamente. Na oportunidade, também reforçou o convite para que as entidades possam conhecer o projeto, ressaltando que poderiam ajudar na logística de trazê-los por Tucumatuba. Enfatizou que deseja que se manifestem urgentemente, pois as dívidas estão subindo, e não se sabe quem vai pagar esse processo. Em seguida, pediu a palavra o senhor **MARCÍLIO TUPINAMBÁ**, morador da Vila de Boim, o qual relatou que atualmente está pesquisando manejo florestal e conflitos socioambientais na Resex. Disse que na última assembleia da Resex foi criado um grupo de moradores para estudar a questão da consulta, o qual faz parte também. Disse que a Câmara endossou a luta contra a criação da Resex, e hoje esses moradores estão aqui; por isso, compreende que deveria ser feito um pedido de desculpas por parte da Casa de leis a essa população. Pois hoje já entendem qual foi o objetivo da Resex naquele tempo, e nem é por ser Resex, mas o histórico de luta do povo daquela região. Na ocasião, relatou que em 2001, as comunidades do Tapajós conseguiram com o Governo Federal uma faixa de 13 km de área, porque as terras na década de 70 foram arrendadas, dadas para madeireiras e donos de terras, no entanto, um povo já vivia neste território, e essa luta foi travada e culminou com a criação da Resex. Destacou que o problema não é Resex, mas a territorialidade presente, pois as comunidades tradicionais e indígenas já moravam ali, e elas sabem como usar a floresta. Disse que é importante deixar claro a atuação do poder público dentro da Resex, que ora se manifesta apoiando e ora contra esses moradores e suas lutas. Reforçou a importância de conhecer e fazer uma gestão de comunicação do que é o plano de manejo sustentável comunitário, pois há muita confusão em relação a isso. Enfatizou que, quando se trata da gestão da comunicação, pensa que os gestores, diretores das organizações e empreendimentos, devem se interessar em estar bem informados, pois é fácil chegar a essas pessoas qualquer informação, podendo ser até uma *fake news*. Disse que entende o que esse povo está passando, por isso é importante entender esse histórico e conflito para que consigam chegar a um consenso e ajustar as reivindicações de cada grupo. Registrou também que é importante entender que o componente madeireiro estava previsto antes mesmo da criação da Resex, o qual é possível encontrar nas pautas das assembleias do movimento que construiu a reserva. Disse que tem acompanhado as reuniões que houve com o MP, e o parecer do procurador enfatiza que há direitos em questão, que são o direito a consulta e ao manejo, e a realização de atividades econômicas que devem ser feitas pelos comunitários de forma sustentável. Relatou que o SFB comentou que as técnicas de uso de manejo são sustentáveis e foram criadas para que os moradores realizassem o uso sustentável desse processo. De acordo com sua visão, as comunidades, a Tapajoara, o ICMBio, não estão errados, pois obedeceram a todos os tramites que foram feitos, mas agora se detém na questão da comunicação. Segundo ele, é preciso que esse processo seja melhor esclarecido, pois, as pessoas não conhecem as comunidades, em vista da dificuldade de acesso a elas, que estão dentro da floresta. Por conta disso, solicitou aos vereadores que possam criar um projeto para que se melhore os instrumentos de comunicação nessas comunidades e aldeias na Resex, assim como a internet. Registrou que há alguns telecentros que estão funcionando em péssimas condições, e que a internet chega em péssima qualidade. Reforçou que, para se chegar a um consenso, as partes tem que se abrir a isso, e não é a questão de erro, mas onde é necessário melhorar, para que seja levado em frente a questão dos projetos, pois as comunidades viram que o uso da madeira pode trazer mais qualidade de vida, visto que elas não têm a mesma oportunidade que as comunidades que residem a beira do rio. Portanto, faz um apelo à Câmara para que se atente a isso, pode ser que dentro do processo da ação civil pública a manifestação da Casa não seja tão estratégica para se chegar a um consenso, no entanto, acha importante a compreensão para entender o que está acontecendo. A seguir, registrou-se a presença do senhor **MAURÍCIO SANTAMARIA**, gerente regional substituto do ICMBio pela região Norte, que fez uso da palavra. Destacou que a reserva

extrativista foi criada com objetivo da manutenção da forma de vida das populações tradicionais, e muitas coisas vem de forma acessória a isso, como a garantia da terra, de produzir e sobreviver com qualidade. Disse que isso ficou claro em todos os instrumentos de gestão, e no plano de manejo que é o de uso da Resex Arapiuns. Ressaltou que a atividade madeireira na região do Maró é uma atividade tradicional, as famílias exploram a madeira não só para uso, mais como forma complementar de renda ou mesmo como forma principal de sobrevivência a mais de 200 (duzentos) anos, muito antes da reserva extrativista ser criada. Segundo ele, não poderia vir a criação de uma reserva extrativista, que tem objetivo de garantir o modo de vida tradicional, embargar uma atividade tradicional, pois estaria desrespeitando a lei de unidade de conservação que define o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, que foi uma grande conquista brasileira, sendo o sistema de unidade de conservação mais robusta do mundo. Enfatizou que são instrumentos importantes para o desenvolvimento socioeconômico local, não o oposto, não para frear o desenvolvimento, que é o caso específico dos desdobramentos dessa ação civil pública. Recordou que alguns anos atrás quando passaram a entender a gestão desse complexo de exploração extrativista, a população do Maró realizava a exploração madeireira de forma ilegal, comercializando-a para o município de Santarém sem nenhum tipo de controle ou mecanismos que testasse a origem da madeira, o que foi problema de gestão para o ICMBio. Relatou que surgiram denunciadas por moradores da região e Ministério Público, e o ICMBio mesmo entendendo que era uma atividade de baixo impacto, viu-se obrigado a agir. Dessa forma, realizaram um levantamento, e descobriram que 250 (duzentas e cinquenta) famílias dependiam da atividade da exploração madeireira na região do Maró, e a única saída apresentada era buscar os licenciamentos das atividades produtivas dessas famílias, através de um projeto de manejo florestal sustentável. Disse que esse foi um largo caminho que percorreram nos últimos onze anos, discutindo com a sociedade local, conselho da Resex e as organizações parceiras, e que no final auxiliou as cooperativas e região do Maró na definição das áreas, nas estratégias de manejo e outros. De acordo com ele, naquele momento, os instrumentos de consulta que tinham, eram os mesmos que usam até hoje, que aprovaram os 21 (vinte e um) projetos que estão em execução na Resex, que são as consultas através do Conselho deliberativo comunitário, formado por três lideranças de cada aldeia e comunidade por elas indicadas, que consultam as comunidades diretamente impactadas pelo empreendimento. Registrou que realizam três consultas para cada um projeto que necessite de autorização para funcionamento ou licenciamento ambiental, independente se é processo madeireiro ou não, de turismo ou uso público. Registrou que nesses últimos anos, esses projetos passaram por esse mecanismo, incluindo projetos de manejo florestal comunitário, e nesse meio tempo, se ver agora com os intercalços apresentados pela Organização Internacional do Trabalho - OIT nº169, que de acordo com o ponto de vista do ICMBio, deve ser respeitado. Enfatizou que o fato preocupante, é de que neste momento, a reserva extrativista não tem um protocolo de consulta definido para todo território. Existe apenas um protocolo de consulta que é o Tupinambá, que serviria para uma pequena região, e não abrange uma reserva toda, o que, segundo ele, cai em uma problemática trazendo vários questionamentos: "o que será feito com os vinte projetos em andamento até que o protocolo de consulta seja construído? vão embargar todos? porque embargou só um projeto perante os outros 21 que estão em discussão? que tipo de discriminador estão usando? O que o MP usou para mover a ação civil pública contra o ICMBio? quanto tempo vão demora para construir esse protocolo de consulta?". Destacou que esse protocolo de consulta, mesmo construído, talvez não contemple todas as comunidades e aldeias, além de gerar uma eterna discussão; ressaltou que a preocupação hoje, como Instituto Chico Mendes, é que se tem 16 (dezesseis) projetos de manejo comunitários similares ao da Tapajós Arapiuns em outras doze reservas extrativistas; e é preocupante uma consulta de jurisprudência, porque de fato,

preocupante uma consulta de jurisprudência, porque de fato, nenhum dos outros projetos tiveram consultas realizadas pelo OIT nº169. Registrou a preocupação que há se houver o bloqueio de todos os projetos, e terem que desenvolver protocolos de consulta em todas as outras unidades de conservação, pois todas tem população tradicional. Para gestão da Tapajós Arapiuns, também é preocupante, porque há uma dinâmica de chegada de projetos muito ampla, e se impor uma barreira burocrática de cada projeto e ter que fazer consultas em mais de setenta comunidades, isso pode ocasionar inviabilidade para que elas sejam contempladas com bons projetos, mas que de alguma forma precisaria de licença ambiental para funcionar, então poderia atrapalhar o desenvolvimento socioeconômico dessas comunidades. Disse que é importante construir de forma construtiva com todos, quais os empreendimentos teriam necessidade de passar por uma consulta pública para que não tragam mais problema as comunidades. Relatou que no último dez de setembro, houve uma audiência frustrada com a Justiça Federal, e pôde observar, que é uma ação civil pública que não há uma manifestação de qualquer beneficiário da Resex dizendo que não se sente contemplado com ausência de consulta pública para os empreendimentos. Quem móvel a ação civil são duas representações que não representam diretamente os direitos comunitários da Resex, representam direitos externos à reserva extrativista, e não há uma associação das mais de sessenta comunidades de dentro da Resex e de qualquer organização interna, questionando os processos de consulta para que esses processos fossem aprovados. Por fim, ressaltou que só conseguirão virar essa página com diálogo, mas não podem tirar o mérito dessas duas importantes organizações que atuam na região, o CITA e o STTR, que possuem também uma história de luta e precisam ser respeitadas. O vereador **JÚNIOR TAPAJÓS** voltou a lamentar a ausência de algumas entidades convidadas para esta reunião. Segundo ele, lamenta porque esta Casa é um local para diálogos e debates; na ocasião, discordou da fala do senhor Marcílio Tupinambá quanto a importância da Casa nesta discussão, mesmo sendo território federalizado, ressaltou que é nesta Casa que recai os problemas de infraestrutura, de educação, e de saúde encontrados na Resex Arapiuns. Registrou que conhece bastante a região, por ter sido criado no Rio Arapiuns, e nem por isso deixou de ter vida presente no local. Reforçou que gostaria que as instituições convidadas estivessem presentes, porque reconhece a luta delas, pois é defensor da instituição indígena, sendo contrário a qualquer fala que não reconheça os povos indígenas da região de rios, município e planalto. Disse que sempre respeitou o CITA e o STTR. Quanto a criação da reserva Tapajós Arapiuns, ressaltou que talvez na época que iniciou a sua criação, as pessoas não se davam conta da sua importância. Relatou que semana passada foi visitar a comunidade de Tucumatuba, em vista de uma demanda de infraestrutura, onde foi de carro até a comunidade de Tauari, onde foi possível ver territórios com atividade voltadas para o agronegócio, que geralmente beneficiam uma a três famílias no máximo e ocasiona explorações de grandes áreas de floresta. Já no limite a floresta nacional onde as árvores estão em pé, é possível ver a flora e a fauna presente, e uma grande riqueza de espécies variadas. Destacou que fica claro a importância da criação da Resex Tapajós Arapiuns nesses 22 (vinte e dois) anos, pois acredita que até aquelas que foram contra a sua criação anos atrás, concordam que foi um passo importante. Registrou que com o tempo algumas comunidades passaram a se reconhecer como povos indígenas, e que tem sua importância na defesa da floresta se colocando como lutadores de direito. No entanto, o mesmo erro que foi cometido anos atrás em que se colocavam contra a reserva, e reconhecem o erro, talvez seja o mesmo colocado pelo CITA e STTR, que querem viver do que as cooperativas tem a oferecer, mas só vão conseguir avançar com diálogo, por isso, lamenta a ausência das instituições. Enfatizou a dificuldade da região como a distância para se chegar as comunidades, pois sempre sobreviveram com esses problemas e sempre buscaram sua melhoria, e as cooperativas foram a melhor maneira de conseguir melhores condições de vida. Disse que as cooperativas estão organizadas para beneficiar mais de cem

famílias, e indiretamente toda a reserva Tapajós Arapiuns. Relatou que sempre via as balsas descendo com madeira do Arapiuns, e não havia nenhuma contrapartida dessa exploração, e a responsabilidade continua sendo do município em oferecer saúde, infraestrutura e educação. Solicitou que possam incentivar essa visita na área, inclusive com o CITA e o STTR, para que possam conhecer o projeto de manejo e toda sua funcionalidade, e fica também a Câmara de Santarém responsável de se fazer presente. Disse que a vida melhorou um pouco para cada um dos cooperados, mas ainda tem muita comunidade pequena com prédio escolar sem qualidade, sem sistema de água portável, e que precisam também através das cooperativas, planejamento de investimento dentro da reserva para melhoria da vida do morador daquele lugar. Registrou que recentemente, em uma visita ao Arapiuns, observou que pararam quatro lanchas na praia do Caracaraí trazendo em média vinte turistas, e muitos deles buscavam água para consumir, e não havia. Ressaltou que a comunidade local deveria estar vendendo água, pois é uma reserva rica para manejo, para turismo, artesanato, e tem a possiblidades da população passar a viver daquilo que se propõe, pois a reserva extrativista foi criada para que a população pudesse depender menos do poder público. Para encerrar, destacou a sua defesa pelo diálogo e a defesa para que as entidades que se colocam contra esse projeto de manejo, possam o conhecer. Registrou que a Casa se coloca à disposição de levar uma comissão de parlamentares, e fica a cargo da reserva convidar outras entidades para conhecer. Disse que reconhece a luta histórica do STTR e CITA, mas como conhecedor da vida dentro da Resex, não pode se colocar contrário ao direito de cada um dos moradores de se organizarem para buscar uma vida digna e de melhor qualidade. O vereador **BIGA KALAHARE** registrou que, assim como o gabinete do vereador júnior Tapajós, o seu gabinete está à disposição. Destacou que estão abertos a ajudar quanto a distribuição dos convites às entidades que vão realizar a visita. Ressaltou que é preciso verificar a data e toda a logística para levar os convidados. O vereador **JÚNIOR TAPAJÓS** reforçou que estão à disposição para o diálogo, e perguntou ao senhor Maurício Santamaria, em que passo o processo da ação civil pública se encontra e se houve tentativa de conciliação. O senhor **MAURÍCIO SANTAMARIA** (ICMBio) registrou que no dia nove de setembro aconteceu uma audiência de conciliação, em que, na verdade, nenhuma das partes interessadas apresentou uma proposta que pudesse ser apreciada pela outra; então a sugestão surgiu da própria Justiça Federal, que foi o de se ater a um único projeto de consulta que já existe, que é o protocolo Tupinambá, pois houve o entendimento pelo juiz que só existe um protocolo, e de imediato este deve ser respeitado. Então pactuou um prazo de 45 dias a contar do dia 09, sendo 15 dias para o CITA e STTR se manifestarem, e 15 dias para as cooperativas e Tapajoara, e em seguida, 15 dias para o ICMBio. Acerca do protocolo Tupinambá que existe, se uma das partes entender que um protocolo não é suficiente, o processo volta à estaca zero; dessa forma, não tem consulta e não tem protocolo definido, e se as três partes entenderem que o protocolo atende, passa a ser implementado e vira objeto de consulta. Destacou que precisam pensar juntos, pois todos sabem que o protocolo não atende a reserva inteira, mas, se as vezes for usado como primeiro mecanismo de consulta, oferece a possibilidade de avançar com esse empreendimento. Enfatizou que precisam fazer essa análise juntos, havendo 45 dias para que cada parte se manifeste e o juiz proferir uma próxima decisão, que vai ser pelo dia 25 de outubro, e talvez haja uma nova reunião. O senhor **DINAEL CARDOSO** (TAPAJOARA) se manifestou destacando que é importante deixar claro que o ano produtivo dessas cooperativas acabou, que foi uma perda grande para a COOPRUNÃ e COOPREMARÓ, pois, possivelmente, devido a esse prazo de recurso para as entidades, essa reunião vai acontecer por novembro, e espera que o MP não entre em recesso, porque dessa forma, é possível que se reúnam apenas em fevereiro de 2022. O senhor **MARCÍLIO TUPINAMBÁ** registrou que esteve na audiência, e que o processo de conciliação está em aberto e não se fechou com essa reunião. Registrou que foi pedido

sobre as partes o que achariam do protocolo Tupinambá, que é o único construído e que em tese deveria ser seguido. No entanto, o ICMBio fez uma nota técnica, conclusão do antropólogo do instituto, que diz que todas as cooperativas, reservas extrativistas que foram construídas nesses anos de luta, um modelo de unidade de conservação, foram criadas para atender a Convenção 169. Ressaltou que, quando se falam em protocolo como resultado a direito a consulta, esquecem que os conselhos são mecanismos de consulta, esquece de toda uma construção de vinte anos; pois é reduzir o direito a consulta ao protocolo que, para ele, é reduzir demais, e no seu ponto de vista sobre a ação civil pública, fica parecendo que o juiz está entendendo que não existe substancialidade para que parem o projeto e se faça consulta, e o que se construiu ao longo desses anos pode se configurar sim como consulta. Segundo ele, o que pode acontecer é do STTR e CITA não aceitando a decisão da Justiça Federal, que pode ser favorável ao ICMBio e as cooperativas, recorrerem em uma instância maior, o que pode acarretar uma nova paralisação das atividades das cooperativas. O vereador **JÚNIOR TAPAJÓS** falou que é uma questão complexa e que o diálogo deve acontecer. Disse que, a partir do momento que se viabiliza as decisões tomadas, essa seria a sua interpretação, se os protocolos de consulta que foram realizadas pela ICMBio e reserva não tem valor, acabam por descaracterizar a própria construção da reserva, pode-se dizer que desfavorecendo como a reserva foi construída, e que tudo que foi construído deixasse de existir. Destacou que é importante que o juiz da causa ouça com atenção todos os lados, pois há visões e interpretações de muitos lados. Por fim, o vereador **JÚNIOR TAPAJÓS** (PL) agradeceu a presença de todos e, em seguida, declarou encerrada a audiência pública. Para constar, mandou lavrar a presente ata, que traz em anexo a lista de frequência desta audiência, e vai assinada por quem de direito.

PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
CNPJ nº 10.219.202/0001-82

GABINETE DO VEREADOR JÚNIOR TAPAJÓS - PL
www.juniortapajos.com.br

AUDIÊNCIA PÚBLICA
PROJETOS DE MANEJO RESEX TAPAJÓS ARAPIUNS

LISTA DE CONFIRMAÇÃO DE PRESENÇA DO DIA 16/09/21

CONVIDADOS	NOME	CONTATO
CITA		**FONE:** **E-MAIL:**
ICMBiO		**FONE:** 93160151 **E-MAIL:**
STTR		**FONE:** **E-MAIL:**
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO (SFB)	TARCISIO SCHNAIDER DE OLIVEIRA	**FONE:** (93) 99208.1821 **E-MAIL:** TARCISIO.OLIVEIRA@FLORESTAL.GOV.BR
UFOPA		**FONE:** **E-MAIL:**
TAPAJOARA		**FONE:** **E-MAIL:** 91145255
COOMFLONA		**FONE:** **E-MAIL:**
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF)		**FONE:** **E-MAIL:**
COOPRUNÃ	João Fernandes da Silva	**FONE:** 99208.0105 **E-MAIL:**
COOPERMARÓ	Manoel Conrado Gomes Sarte	**FONE:** 991584163 **E-MAIL:** manoelconrado@...

AUDIÊNCIA PÚBLICA
PROJETOS DE MANEJO RESEX TAPAJÓS ARAPIUNS

LISTA DE CONFIRMAÇÃO DE PRESENÇA DO DIA 16/09/21

CONVIDADOS	NOME	CONTATO
Cabeceira do Amorim	Vanice Carvalho	FONE: E-MAIL: 991928151
Vila de Boim	Marilio P. Serrão	FONE: 984017770 E-MAIL: MACSERRAO@GMAIL.COM
Obs: (Reunião errada) CEQ	Felipe Pereira dos Santos	FONE: 93 991410333 E-MAIL: LiPeSantos0894@gmail.com
da Cabeceira Amorim	Heraclito R. Carmo	FONE: E-MAIL:
Braço grande	Bruna Gisella Cardoso	FONE: E-MAIL: 93-991.91.16-65
Surucuá	Raquel Chaves	FONE: 991695846 E-MAIL:
(Gab. Ver. Carlos Martins) Camara	Érica Mendes	FONE: 991568729 E-MAIL:
Alto Mentai	Walterley Ferreira Macedo	FONE: E-MAIL: 991481181
Braço grande	Andrea Cardoso de Almeida	FONE: 991347121 E-MAIL: almeidaandrea10@gmail.com
ICMBio	Petro-Marilio C. Neves	FONE: 93981241816 E-MAIL:
ASCOM	[illegible]	FONE: E-MAIL:

PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
CNPJ nº 10.219.202/0001-82

GABINETE DO VEREADOR JÚNIOR TAPAJÓS - PL
www.juniortapajos.com.br

AUDIÊNCIA PÚBLICA
PROJETOS DE MANEJO RESEX TAPAJÓS ARAPIUNS

LISTA DE CONFIRMAÇÃO DE PRESENÇA DO DIA 16/09/21

CONVIDADOS	NOME	CONTATO
Cooprunã	OSÉIAS SILVO Santos	FONE: 91094244 E-MAIL:
TAPAJOARA	Anderci Leão	FONE: 99991659950 E-MAIL: anledir@gmail.com
Tapajoara	Pamella Thaís G	FONE: 9351678389 E-MAIL: pamellatrspak@gmail
Tapajoara	Raudinly de Oliveira P.	FONE: 99175 7714 E-MAIL: raudinlydoliveira@[illegible]
COOPERMARÓ	Elvivan Sousa dos Santos	FONE: 99142-5545 E-MAIL:
coletivo estudantes quilombola. CEQ	Tatiane Rodrigues dos santos	FONE: 99228-3893 E-MAIL: Tatianerodrigue santos 2324@gmail.com
NOVA CANAÃ COOPRUNÃ	Edinaldo Nun Batista	FONE: 99219-5922 E-MAIL: en13batista13@yahoo.com
Tapajoara	Maria Daiane C. Souza	FONE: 93992132504 E-MAIL: mariadaiane.[illegible] outlook.com
Coopermaró	Lucas William C. Pinto	FONE: 99229-0330 E-MAIL:
Coopermaró	Elziane Sousa Campos	FONE: (93) 8804-1432 E-MAIL: Elziane campos [illegible] gmail
Biga Kabaloa		FONE: E-MAIL: Marcia.ada[illegible]@gmail.com

GABINETE DO VEREADOR JÚNIOR TAPAJÓS - PL

www.juniortapajos.com.br

IPAM		**FONE:** **E-MAIL:**
Cooprunã	Raimundo Ermilla godinho	**FONE:** **E-MAIL:**
Cooprunã	Adriano santos da silva	**FONE:** 992422075 **E-MAIL:**
Cooprunã	Admer Fernandes da silva	**FONE:** **E-MAIL:** 991521078
Cooprunã	Jorge Luiz de Souza	**FONE:** **E-MAIL:**
Cooprunã	Isaias Silva de Souza	**FONE:** 991159739 **E-MAIL:**
Cooprunã	Adilson Santos da silva	**FONE:** 991526738 **E-MAIL:**
Cooprunã	Elivaldo lima silva	**FONE:** **E-MAIL:**
Cooprunã	André santos da silva	**FONE:** **E-MAIL:**
Cooprunã	Cumido Ferreira	**FONE:** **E-MAIL:**
Cooprunã	Jonathas Fonseca da Silva	**FONE:** 991419317 **E-MAIL:**
Cooprunã	Josui da silva	**FONE:** 910220841 **E-MAIL:**
Cooprunã	Josemara S. Pedade	**FONE:** 992166983 **E-MAIL:**
Cooprunã Mequinas	Mequinas	**FONE:** **E-MAIL:**
		FONE: 992107118 **E-MAIL:**